

ENJOEI S.A.

Manual para a Participação de Acionistas

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de abril de 2023

17 de março de 2023

Sumário

Mensagem da Administração	3
Orientações para Participação na Assembleia Geral Ordinária	5
Proposta da Administração	10
Anexo I à Proposta da Administração – Comentários dos Diretores da Companhia, conforme previsto no artigo 10, inciso III da Resolução CVM 81 (item 2 do Formulário de Referência)	14
Anexo II à Proposta da Administração – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81	44
Anexo III à Proposta da Administração – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81 (item 8 do Formulário de Referência)	46

Mensagem da Administração

Prezados acionistas,

A Administração do Enjoei S.A. ("**Enjoei**" ou "**Companhia**"), conforme Edital divulgado nesta data, convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 19 de abril de 2023, às 14:00 horas, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma **exclusivamente digital** ("**AGO**"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

- (ii) Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores para o exercício social de 2023.

Diante disso, no intuito de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a administração da Companhia preparou o presente Manual de Participação ("**Manual**"), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na AGO, bem como as informações e documentos relativos à proposta da Administração da Companhia para a deliberação dos itens constantes da ordem do dia.

Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** por meio de sistema eletrônico, utilizando-se da plataforma digital Zoom, ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância, de acordo com as instruções para preenchimento e envio detalhadas no próprio boletim. As instruções para participação na AGO por meio de sistema

eletrônico e do Boletim de Voto a Distância encontram-se também detalhadas mais adiante neste Manual.

A Administração informa que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas acompanham o presente Manual e estarão disponíveis para consulta por V.Sas. na sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (ri.enjoei.com), bem como nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“**CVM**”) (gov.br/cvm). Adicionalmente, esclarece que, conforme autorizado pelos arts. 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (“**Lei das S.A.**”) e pela Resolução CVM nº 166/22, as publicações ordenadas na Lei das S.A. ou previstas na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários serão divulgadas por meio do Sistema Empresas.NET, dispensada a publicação em jornal de grande circulação.

Cordialmente,
Conselho de Administração
Enjoei S.A.

Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e artigo 126, II, da Lei nº 6.404/76 (“**Lei das S.A.**”).

A participação dos acionistas na AGO poderá se dar **(i)** por meio de sistema eletrônico, através da plataforma digital Zoom; ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância.

A instalação, em primeira convocação, da AGO observará o quórum legal previsto no artigo 125 da Lei das S.A., sendo certo que, caso não seja alcançado, em primeira convocação, o quórum de instalação de ¼ (um quarto) do capital votante, a apreciação das matérias da ordem do dia ficará sujeita à deliberação em nova assembleia geral ordinária a ser realizada em segunda convocação.

As seções seguintes deste Manual descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGO.

1. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO

O acionista poderá participar da AGO remotamente, por meio de sistema eletrônico (plataforma *Zoom*).

A fim de viabilizar operacionalmente esse procedimento, os acionistas que desejarem participar da AGO por meio eletrônico deverão enviar tal solicitação à Companhia pelo e-mail ri@enjoei.com.br, com cópia para juridico@enjoei.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO (ou seja, **até as 14:00 horas do dia 17 de abril de 2023**), a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de cópia da seguinte documentação:

Pessoas Físicas	Documento de identidade com foto do acionista.
Pessoas Jurídicas	Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista. Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimento	Último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação. Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Caso o acionista opte pela entrega física de documentos, estes deverão ser depositados na sede da Companhia situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 12º Andar, Torre 4, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, aos cuidados do Departamento Jurídico e de *Compliance* e do Departamento de Relações com Investidores, respeitando-se os mesmos prazos estabelecidos para a entrega por meio eletrônico.

Adicionalmente, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição depositária ou pelo agente escriturador das ações do Enjoei, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da AGO (ou seja, **a partir de 16 de abril de 2023 (inclusive)**).

A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O acionista devidamente cadastrado que

participar por meio da plataforma *Zoom* será considerado presente à AGO (podendo exercer seu respectivo direito de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, III e §1º, da Resolução CVM nº 81/22 (“**Resolução CVM 81**”).

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO **até as 14:00 horas (horário de Brasília) do dia 18 de abril de 2023**, deverá então entrar em contato com a Companhia pelo endereço de e-mail ri@enjoei.com.br, com cópia para jurídico@enjoei.com.br – em qualquer cenário, **antes das 9:00 horas do dia 19 de abril de 2023** – a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia, no entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico.

Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital *Zoom*, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Por fim, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGO a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

1.1. Orientações para participação por meio de procurador

Caso o acionista deseje ser representado na AGO por procurador, além dos documentos mencionados no item 1 acima, deverá enviar no mesmo prazo, por meio eletrônico, o respectivo instrumento de mandato acompanhado de cópia do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à AGO. Nesse caso, ficará dispensada a apresentação da cópia do documento de identidade do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso.

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/02, deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja **(i)** acionista, **(ii)** advogado, **(iii)** instituição financeira ou **(iv)** administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento**, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja **(i)** acionista, **(ii)** advogado, **(iii)** instituição financeira ou **(iv)** administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.¹

2. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

O acionista poderá, ainda, encaminhar instrução de voto a distância para as matérias da ordem do dia da AGO, das seguintes formas:

- (i)** por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

- (ii)** por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou

¹ Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.

(iii) em qualquer caso, por meio do envio diretamente à Companhia de boletim de voto a distância devidamente preenchido.

(a) Envio por intermédio de prestadores de serviços. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações do Enjoei, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, na forma e prazo estabelecidos pelo prestador de serviço.

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço que receberá as instruções de voto a distância para verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

(b) Envio direto ao Enjoei. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo acompanhado de toda a documentação relacionada ao acionista para participação na AGO, conforme detalhado no item 1 acima, e de quaisquer outras indicadas no próprio boletim, preferencialmente por meio eletrônico, ao e-mail: ri@enjoei.com.br, em cópia para juridico@enjoei.com.br, o qual deverá ser recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, impreterivelmente até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **até 12 de abril de 2023 (inclusive)**.

Eventuais boletins recebidos pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o boletim de voto seja considerado válido, é imprescindível que **(i)** seus campos estejam devidamente preenchidos; **(ii)** todas as suas páginas estejam rubricadas; e **(iii)** ao final, o acionista, seu representante legal ou seu procurador, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, tenha assinado o boletim.

Nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverão ser feitos até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **até 12 de abril de 2023 (inclusive)**.

Caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto opte por participar e votar na AGO via sistema eletrônico, deverá cumprir todos os procedimentos e prazos previstos no item 1 acima – inclusive quanto ao envio de documentação para credenciamento –, sendo certo que serão computados os votos proferidos pelo acionista durante a AGO por meio do sistema eletrônico, desconsiderando-se eventuais instruções de votos conflitantes recebidas por meio do respectivo boletim de voto, nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, da Resolução CVM 81.

O boletim de voto a distância para participação da AGO encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 (b3.com.br), da CVM (gov.br/cvm), e da Companhia (ri.enjoei.com).

A Companhia esclarece, ainda, que, na forma do artigo 49 da Resolução CVM 81, caso se faça necessária a realização da AGO em segunda convocação, as instruções de voto enviadas pelos acionistas por meio de boletim de voto a distância (seja diretamente à Companhia, seja através dos prestadores de serviços) e validamente recebidas pela Companhia para a AGO em primeira convocação serão validamente consideradas na AGO em segunda convocação, sem a necessidade de nova manifestação ou renovação expressa de tais instruções de voto, considerando-se, ainda, tais acionistas como presentes à AGO, observadas as suas respectivas participações acionárias no dia da realização da AGO em segunda convocação.

3. ORIENTAÇÕES FINAIS

Não poderá participar da AGO por meio de sistema eletrônico o acionista que não apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO (ou seja, **até as 14:00 horas do dia 17 de abril de 2023**), os

documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme indicados no item 1 acima.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou apostilamento dos documentos apresentados para a participação na assembleia, inclusive instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, bem como dos boletins de voto a distância, e não exige a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Por fim, o acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais a respeito deste Manual ou de qualquer procedimento relacionado à participação na AGO poderá fazê-lo entrando em contato com o Departamento de Relações com Investidores do Enjoei, preferencialmente por meio de mensagem endereçada ao seguinte e-mail: ri@enjoei.com.br, com cópia para juridico@enjoei.com.br.

Proposta da Administração

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução CVM 81, a administração do Enjoei (“**Administração**”) vem apresentar as seguintes informações e recomendações relativas às matérias incluídas na ordem do dia da AGO (“**Proposta da Administração**” ou simplesmente “**Proposta**”):

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2023, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os documentos acima referidos e a ata da reunião do Conselho de Administração que sobre eles deliberou estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu *website* (ri.enjoei.com) e nos *websites* da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no **Anexo I** à presente Proposta.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não haverá destinação de resultados. Em vista disso, em conformidade com o entendimento do Colegiado da CVM manifestado no âmbito do Processo CVM nº RJ2010/14687 e com o Ofício-Circular/Anual-

2023-CVM/SEP, fica dispensada a apresentação das informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81.

2. Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

A Administração propõe a aprovação do montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2023 no valor de até R\$ 17.825.201,42 (dezessete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e um reais e quarenta e dois centavos), nos termos do **Anexo II**.

Em cumprimento ao artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis, no **Anexo III** à presente Proposta, informações pormenorizadas a respeito da remuneração dos administradores, na forma do item 8 do Formulário de Referência.

A Administração

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 10, INCISO III DA RESOLUÇÃO CVM 81 (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2 - Comentários dos Diretores

Os valores constantes neste item foram extraídos das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que estão disponíveis no site da Companhia (ri.enjoei.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br). Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

2.1 – Comentários dos diretores sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia e a captação de recursos proveniente do processo de oferta pública inicial de ações são suficientes para atender ao financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$357.013 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$42.929 mil, representando

um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 8,32.

A posição financeira da Companhia é baseada no plano de negócios em curso após o IPO. A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso. As diretrizes estratégicas preveem: (i) expansão do inventário de moda através da fidelização de vendedores, garantindo o crescimento da base de usuários de alta frequência, (ii) fortalecimento da comunidade, consolidando o enjoiei como o principal destino de moda, promovendo a descoberta e engajamento dos usuários através de soluções de design, experiência e marca, (iii) eficiência nos serviços prestados à comunidade, fortalecendo a confiança na plataforma e satisfação dos usuários, (iv) eficiência financeira, para acelerar rentabilidade por meio da efetividade de investimentos em aquisição, controle de custos e despesas, bem como pela criação de novas fontes de receita, (v) excelência operacional, com o amadurecimento organizacional, através de processos que garantam excelência de execução, mitigando riscos. Com base nos pilares descritos acima, a companhia se propõe a ser a maior e melhor comunidade brasileira para descobrir e acessar achados, dando vida nova a tudo de moda e um pouco mais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,13% e 0,11%, respectivamente. O aumento do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais e investimentos realizados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice de endividamento geral (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo ativo total) foi de 11,57% e 10,11%, respectivamente. O aumento entre o índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais da Companhia, que resultaram em consumo de caixa necessários para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia.

(b) Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e para continuar a execução do seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$424.561 mil, passando para R\$380.850 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa redução de R\$43.711 mil está relacionada com os resultados operacionais, alinhados com a estratégia de crescimento da Companhia, que direcionou R\$42,8 milhões para investimentos em marketing de performance e construção de marca, com o objetivo de captar novos usuários compradores e vendedores.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte estrutura entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia e a aplicação dos recursos necessários para ampliação e implementação do seu plano de negócio:

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	49.846	47.734
Capital próprio (patrimônio líquido)	380.850	424.561
Capital total (terceiros + próprio)	430.696	472.295
Parcela de capital de terceiros	11,57%	10,11%
Parcela de capital próprio	88,43%	89,89%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista a geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, com o incremento de caixa resultante dos recursos provenientes do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a presente data.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional, por meio de recursos de terceiros e próprios, incluindo o aporte de capital proveniente da emissão de ações em oferta pública inicial no montante de R\$470.834 mil (montante correspondente à parcela primária da Oferta). Assim, considerando o seu baixo endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimento em ativos não circulantes estão relacionadas ao caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, a financiamentos de terceiros e ao incremento de caixa resultante dos recursos provenientes do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, financiamentos de terceiros (principalmente fornecedores, com prazo médio de vencimento inferior a 60 dias e sem operações de antecipação e/ou risco sacado) e incremento de caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020 como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contratos de empréstimo ou financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía quaisquer operações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei

11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

- iv. **restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou restrições relacionadas a contratos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contratos de financiamento. A Diretoria entende que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permitirá o acesso a linhas de créditos em condições favoráveis, na hipótese de eventual necessidade.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das alterações significativas em determinados itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, disponíveis no site da Companhia (ri.enjoei.com.br) e no site da CVM (cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021,

incluindo comentários da administração a respeito das alterações significativas verificadas.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	AH
Receita líquida	138.901	100,00%	106.140	100,00%	30,87%
Custo do serviço prestado	(90.224)	-64,96%	(78.368)	-73,83%	15,13%
Lucro bruto	48.677	35,04%	27.772	26,17%	75,27%
Receitas (despesas) operacionais	(144.434)	-103,98%	(161.836)	-152,47%	-10,75%
Despesas publicitárias	(42.789)	-30,81%	(57.197)	-53,89%	-25,19%
Gerais e administrativas	(81.364)	-58,58%	(90.054)	-84,84%	-9,65%
Depreciação e amortização	(17.803)	-12,82%	(10.484)	-9,88%	69,81%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.478)	-1,78%	(4.101)	-3,86%	-39,58%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(95.757)	-68,94%	(134.064)	-126,31%	-28,57%
Resultado financeiro líquido	29.242	21,05%	15.279	14,40%	91,39%
Receita financeira	40.740	29,33%	20.786	19,58%	96,00%
Despesa financeira	(11.498)	-8,28%	(5.507)	-5,19%	108,79%
Prejuízo do exercício	(66.515)	-47,89%	(118.785)	-111,91%	-44,00%

A administração informa que foram reclassificadas determinadas rubricas das demonstrações do resultado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para garantir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo o PIS e a Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$1.014 mil, anteriormente apresentados como "despesas gerais e administrativas", foi reclassificado para a rubrica de "receita financeira". Essa reclassificação não alterara o patrimônio líquido e o resultado do exercício da Companhia para aquele exercício.

As explicações a seguir consideram as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com as reclassificações citadas acima, de forma a garantir a efetiva comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$32.761 mil ou 30,87%, passando de R\$106.140 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$138.901 mil no mesmo período em 2022, principalmente devido às adequações no modelo de comissionamento, à combinação das políticas de subsídio de frete e incentivos de cupons de desconto e, ainda, ao aumento do volume de itens transacionados (de 1.516 mil para 1.591 mil, em 31 de dezembro de 2021 e 2022, respectivamente). A estratégia de marketing continua atuando no fortalecimento da marca.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$11.856 mil, ou 15,13%, passando de R\$78.368 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$90.224 mil no mesmo período em 2022. O custo do serviço prestado, embora diretamente impactado pelo crescimento do número de transações, representou uma variação de 15% abaixo do ritmo de crescimento da receita líquida, refletindo principalmente as iniciativas voltadas para a redução do frete unitário.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$27.772 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$48.677 mil no mesmo período em 2022, representando um incremento de R\$20.905 ou 75,27%, devido ao forte crescimento de receita e controle de custos. Com isso a margem bruta alcançou 35,04% em 2022, versus 26,17% em 2021.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais apresentaram redução de R\$17.402 mil ou 10,75%, passando de R\$161.836 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$144.434 mil no mesmo período de 2022, em razão das seguintes variações:

- As despesas publicitárias apresentaram redução de R\$14.408 mil ou 25,19%, passando de R\$57.197 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$42.789 mil no mesmo período de 2022, refletindo o maior direcionamento dos investimentos em aquisição de usuários para a linha de incentivos.
- As despesas gerais e administrativas apresentaram redução de R\$9.014 ou 9,97%, passando de R\$90.378 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$81.364 mil no mesmo período de 2022. A variação está relacionada, principalmente, com: (i) redução de R\$24.531 mil na remuneração em ações, pelo menor impacto do reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, (ii) incremento de R\$8.418 mil em salários, encargos e benefícios pelo aumento no quadro de funcionários que se deu até o segundo trimestre de 2022 e seguiu estabilizado desde então e (iii) incremento de R\$ 5.291 em despesas com consultorias e outsourcing.
- As despesas de depreciação e amortização aumentaram R\$7.319 ou 69,81%, passando de R\$10.484 mil no período de doze meses findo em 31

de dezembro de 2021 para R\$17.803 mil no mesmo período de 2022, devido substancialmente às amortizações da plataforma/site e contratos de arrendamento.

- Outras despesas operacionais líquidas apresentam redução de R\$1.299 mil ou 34,39%, passando de R\$3.777 mil de despesas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$2.478 mil no mesmo período de 2022, devido majoritariamente à liquidação das transações em custódia pelo encerramento das operações da Companhia com o fornecedor de meios de pagamento Wirecard/Moip.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$95.757 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com um prejuízo de R\$134.064 mil no mesmo período de 2021, representando uma redução de R\$38.307 mil ou 28,57%

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente em R\$13.963 mil ou 91,39% na comparação entre o resultado positivo de R\$15.279 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 29.242 no mesmo período de 2022, majoritariamente em decorrência do aumento na receita financeira, no montante de R\$19.954 mil em razão dos rendimentos de aplicações financeiras do caixa impactadas pelo cenário de juros praticado neste período no país.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$118.785 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um prejuízo de R\$66.515 mil no mesmo período de 2022, representando uma redução de R\$52.270 mil ou 44,0%.

Prejuízo do período

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo do exercício apresentou redução de R\$52.270 mil ou 44,0% passando de R\$118.785 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021, para um prejuízo de R\$66.515 mil no mesmo período de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais contas patrimoniais consolidadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluindo comentários da administração a respeito das alterações significativas verificadas .

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022	AV	Em 31 de dezembro de 2021	AV	AH	Varição
Ativo						
Circulante	357.013	82,89%	418.705	88,65%	-14,73%	(61.692)
Caixa e equivalentes de caixa	309.098	71,77%	382.542	81,00%	-19,20%	(73.444)
Aplicações financeiras vinculadas	-	0,00%	9.193	1,95%	-100,00%	(9.193)
Contas a receber	20.774	4,82%	16.001	3,39%	29,83%	4.773
Adiantamentos	7.860	1,82%	719	0,15%	993,18%	7.141
Despesas antecipadas	3.565	0,83%	2.400	0,51%	48,54%	1.165
Impostos a recuperar	8.247	1,91%	7.690	1,63%	7,24%	557
Partes relacionadas	7.302	1,70%	-	0,00%	#DIV/0!	7.302
Outros	167	0,04%	160	0,03%	4,38%	7
Não circulante	73.683	17,11%	53.590	11,35%	37,49%	20.093
Aplicações financeiras vinculadas	339	0,08%	333	0,07%	1,80%	6
Partes relacionadas	-	0,00%	110	0,02%	-100,00%	(110)
Imobilizado	7.927	1,84%	10.580	2,24%	-25,08%	(2.653)
Intangível	65.417	15,19%	42.567	9,01%	53,68%	22.850
Total Ativo	430.696	100,00%	472.295	100,00%	-8,81%	(41.599)

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022	AV	Em 31 de dezembro de 2021	AV	AH	Varição
Passivo						
Circulante	42.929	9,97%	39.417	8,35%	8,91%	3.512
Fornecedores	15.715	3,65%	20.066	4,25%	-21,68%	(4.351)
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	-	0,00%	#DIV/0!	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12.921	3,00%	9.171	1,94%	40,89%	3.750
Obrigações tributárias	645	0,15%	347	0,07%	85,88%	298
Adiantamentos de clientes	5.440	1,26%	2.597	0,55%	109,47%	2.843
Outras contas a pagar	6.547	1,52%	5.088	1,08%	28,68%	1.459
Arrendamento	1.661	0,39%	2.148	0,45%	-22,67%	(487)
Não circulante	6.917	1,61%	8.317	1,76%	-16,83%	(1.400)
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	-	0,00%	#DIV/0!	-
Arrendamento	3.532	0,82%	5.605	1,19%	-36,98%	(2.073)
Provisão de contingências	3.385	0,79%	2.712	0,57%	24,82%	673
Patrimônio líquido	380.850	88,43%	424.561	89,89%	-10,30%	(43.711)
Total do passivo e patrimônio líquido	430.696	100,00%	472.295	100,00%	-8,81%	(41.599)

Ativo circulante

O ativo circulante diminuiu R\$61.692 mil, ou 14,73%, passando de R\$418.705 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$357.013 mil em 31 de dezembro de 2022. O ativo circulante representava 88,65% do total do ativo em 31 de dezembro de

2021 e 82,89% em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$73.444 mil, ou 19,20%, atribuído principalmente ao consumo de caixa necessário para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia, combinado com a liquidação do saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$9.193 mil, sendo certo que, desse montante, R\$7.302 estão relacionados à liquidação do saldo dos contratos com a Globo Comunicações e Participações S.A. Esse montante passou a ser registrado na rubrica de partes relacionadas, pois a Companhia deverá utilizar os espaços publicitários remanescentes até dezembro de 2023.
- O aumento do saldo de contas a receber no montante de R\$4.773 mil, ou 29,83%, em 31 de dezembro de 2022 (em relação a 31 de dezembro de 2021), representado pelo crescimento do faturamento, originado no aumento do volume de transações realizadas pela base de usuários no giro dos produtos adicionados à plataforma.
- Aumento do saldo de adiantamentos no montante de R\$7.141 mil ou 993,18%, passando de R\$ 719 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$7.860 mil em 31 de dezembro de 2022, representado, majoritariamente, pelas transações realizadas através do meio de pagamentos Pagar.Me Instituição de Pagamentos S.A., cujo montante das parcelas cabíveis aos vendedores já foi antecipado pela Companhia e o resgate não foi realizado pelo vendedor.
- Constituição do saldo com partes relacionadas, que passou de zero em 31 de dezembro de 2021 para R\$7.302 mil em 31 de dezembro de 2022, representado pelo volume de espaços publicitários disponíveis para inserção/veiculação de comerciais/anúncios dos serviços, marcas e/ou produtos da Companhia que deverão ser consumidos até dezembro de 2023.

Ativo não circulante

O saldo do ativo não circulante aumentou R\$20.093 mil ou 37,49%, passando de R\$53.590 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$73.683 mil em 31 de dezembro de 2022. O ativo não circulante representava 11,35% do total do ativo em 31 de dezembro de 2021 e 17,11% em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu principalmente do aumento do ativo intangível dos investimentos relacionados ao desenvolvimento da plataforma virtual (site), no montante de R\$22.850 mil, ou 53,68%.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 8,91%, ou R\$3.512 mil, passando de R\$39.417 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$42.929 mil em 31 de dezembro de 2022. O passivo circulante representava 8,35% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 9,97% em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento decorreu principalmente das variações abaixo descritas:

- Redução no saldo de fornecedores, no montante de R\$4.341 mil, ou 21,68%, passando de R\$20.066 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$15.715 mil em 31 de dezembro de 2022, em razão principalmente da redução nos investimentos em despesas publicitárias, marketing e branding.
- Aumento no saldo de obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$3.750 mil, ou 40,89%, passando de R\$9.171 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$12.921 mil em 31 de dezembro de 2022, em razão do aumento no quadro de funcionários da Companhia.
- Aumento nos adiantamentos de clientes no montante de R\$ 2.843 mil ou 109,47%, passando de R\$ 2.597 em 31 de dezembro de 2021 para R\$5.440 em 31 de dezembro de 2022, representados por recebimentos de transações ocorridas, já recebidas e ainda não faturadas, para as quais não foram cumpridas as obrigações de performance para o reconhecimento da receita pela Companhia. A variação dos adiantamentos de clientes ocorre em função da opção do usuário entre pagamento à vista (PIX ou boleto) ou cartão de crédito.

Passivo não circulante

O passivo não circulante reduziu 16,83%, ou R\$1.400 mil, passando de R\$8.317 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$6.017 mil em 31 de dezembro de 2022. O passivo não circulante representava 1,76% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 1,61% em 31 de dezembro de 2022. Essa redução decorreu principalmente: (i) do distrato do contrato de arrendamento mercantil da Companhia em Barueri/SP, uma vez que a Administração optou por manter a sede da Companhia em São Paulo e (ii) do contrato de locação para o centro de distribuição em Cabreúva/SP para expansão das operações do Enjoei Pro.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu R\$43.711 mil, ou 10,30% passando de R\$424.561 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$380.850 mil em 31 de dezembro de 2022, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 89,89% do total do passivo em 31 de dezembro de 2021 e 88,43% em 31 de dezembro de 2022.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as principais contas das demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluindo comentários da administração a respeito das alterações significativas verificadas.

Fluxo de caixa (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(33.624)	(68.003)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades investimentos	(38.763)	(35.105)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades financiamentos	(1.057)	(1.057)
= Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(73.444)	(104.165)

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais reduziu em R\$34.379 mil, passando de R\$68.003 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$33.624 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em função substancialmente do resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$52.270), da movimentação de aplicações financeiras vinculadas no montante positivo de R\$2.064 mil, da movimentação de contas a receber no montante positivo de R\$11.573, da variação negativa de R\$24.532 referente ao plano de opção de compra de ações, da variação negativa de R\$7.188 em partes relacionadas e da variação negativa de R\$9.717 mil em fornecedores.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou um aumento 10,42%, ou R\$3.658 mil, passando de R\$35.105 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$38.763 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da variação nos investimentos em ativos imobilizados, da baixa do direito de uso em virtude do distrato do contrato de locação do escritório de Barueri em fevereiro de 2022, no montante de R\$1.051

mil, e da variação dos investimentos dos ativos intangíveis no montante de R\$4.709 mil.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$1.057 mil, sem variações comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamento de R\$1.057 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Mesmo sem variações no saldo, entre as linhas do financiamento houve o pagamento de arrendamentos no montante de R\$ 2.323 mil e um aumento de capital de R\$ 1.266 mil.

2.2 – Comentários dos diretores sobre:

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia reconhece receitas decorrentes de seu único segmento operacional, qual seja a intermediação do comércio online (*marketplace*). A receita de intermediação é reconhecida quando todas as obrigações de performance foram atingidas em um único momento no tempo, considerando-se sete dias após a entrega dos produtos comercializados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 2.1(a) acima, os resultados operacionais da Companhia foram principalmente afetados pelo aumento da base de usuários ocasionado pelos investimentos em mídia online e off-line, incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma, bem como por investimentos com a construção e melhorias da plataforma.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. A política comercial da Companhia é monitorada e ajustada de forma a garantir a melhor conversão das transações.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. Não há variações das receitas atribuíveis a impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

2.3 – Comentários dos diretores sobre:**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia constantes das demonstrações financeiras.

Nada obstante, a administração destaca que foi reclassificada na demonstração do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para fins de garantir a comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo o PIS e a Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$1.014 mil, anteriormente apresentados como “despesas gerais e administrativas”, foi reclassificado para a rubrica de “receita financeira”. Essa reclassificação não altera o patrimônio líquido e o resultado do exercício da Companhia para aquele exercício.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia sobre as demonstrações financeiras.

2.4 – Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os seguintes eventos tenham causado ou se espera venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, nem está prevista para o exercício social corrente, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Nada obstante, os Diretores ressaltam que, conforme divulgado em 9 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou, naquela data, celebrou, Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças com os sócios da Gringa Intermediação de Negócios Ltda. ("Gringa") para a aquisição da totalidade das quotas de emissão da Gringa ("Operação").

A Operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de abril de 2022, com eficácia condicionada à verificação (ou renúncia) das condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Enjoei e os acionistas da Gringa. Os acionistas aprovaram, dentre outras matérias, (i) a aquisição, pela Companhia, de 649.621 ações da Gringa, representativas de 95% do seu capital social, e (ii) a subsequente incorporação de ações de emissão da Gringa pelo Enjoei.

Em 20 de maio de 2022, a Companhia informou que uma das condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda não foi verificada, tendo sido o referido Contrato resiliado.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”), conciliada com suas demonstrações contábeis, e consiste no lucro (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização (“**EBITDA**”).

O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, a Companhia reavaliou os seus contratos de arrendamento, relacionados majoritariamente às suas bases de operação, trazendo impactos no cálculo do EBITDA, pois os valores de depreciação do direito de uso e os encargos incorridos do passivo de arrendamento passaram a ser reconhecidos no resultado a partir de 2019, sendo que anteriormente os custos de arrendamento eram classificados como custos operacionais na prestação de serviços.

As explicações e os valores apresentados a seguir consideram as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com as reclassificações mencionadas no item 2.2 acima, de forma a garantir a efetiva comparabilidade.

EBITDA AJUSTADO

O Ebitda Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e consiste na apuração do lucro (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização, desconsiderando, ainda, receitas e despesas sem efeito caixa (plano de remuneração em opções de ações (SOP)) e as não vinculadas a operação (baixa do ativo imobilizado da reforma em Barueri/SP).

A tabela abaixo apresenta os valores do EBITDA da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA	(77.954)	(123.580)

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA apresentado pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Cálculo do EBITDA (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Prejuízo do período exercício	(66.515)	(118.785)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(29.242)	(15.279)
(+) Depreciação e amortização	17.803	10.484
EBITDA	(77.954)	(123.580)

A tabela abaixo representa a reconciliação do EBITDA Ajustado apresentado pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Cálculo do EBITDA Ajustado (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Prejuízo do período exercício	(66.515)	(118.785)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(29.242)	(15.279)
(+) Depreciação e amortização	17.803	10.484
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-	-
EBITDA	(77.954)	(123.580)
Plano de remuneração em opções de ações (SOP)	21.538	46.070
Receitas/despesas não recorrentes e não operacionais	-	1.436
EBITDA AJUSTADO	(56.416)	(76.074)

(c) motivo pelo qual a administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho pela administração da Companhia, a fim de aferir o desempenho operacional da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações contábeis e não deve ser utilizado em substituição ao resultado. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

O EBITDA Ajustado é utilizado como medida de desempenho pela administração da Companhia, a fim de aferir o desempenho operacional da Companhia, desconsiderando (i) o Plano de Remuneração em Ações e (ii) Receitas/Despesas não recorrentes e não operacionais. O EBITDA Ajustado é informação adicional às demonstrações contábeis e não deve ser utilizado em substituição ao resultado. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

2.7 – Comentários sobre a destinação dos resultados sociais

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era constituída sob a forma de Sociedade Anônima e adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), os quais preveem que a assembleia geral poderá, por proposta da administração, deliberar (i) a destinação de até 5% (cinco por cento) do lucro para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, e (ii) a constituição de Reserva Estatutária para Investimentos, destinando a ela até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, sendo certo que o valor total destinado à Reserva Estatutária para Investimentos não poderá exceder o limite de 100% (cem por cento) do capital social.
a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o Estatuto Social da Companhia previa que o lucro remanescente após a destinação prevista à reserva legal, ajustado por eventual constituição de reservas de contingências e as respectivas reversões, se for o caso, teria a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o Estatuto Social da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. No entanto, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração: - distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços

	2022
	<p>semestrais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, § 1º da Lei das S.A.; - declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e - creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos (inclusive obrigatórios) a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados formalmente aprovada	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, além das regras previstas em seu Estatuto Social..

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam contratos de construção não terminada não evidenciados.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existiam outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

- (b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos da Companhia foram primordialmente em:

- marketing de performance e construção de marca (R\$2,8 milhões), com o objetivo de captar novos usuários compradores e vendedores promovendo assim maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa;
- incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma (aproximadamente R\$8,2 milhões).

A Companhia prevê reforçar o seu investimento em construção de marca e captação de usuários nos próximos anos. Os investimentos em incentivos de frete continuarão relevantes para expansão nas regiões geográficas em que a Companhia possui baixa penetração de mercado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A geração de caixa operacional da Companhia e a utilização de recursos próprios e de terceiros (incluindo o aporte de capital proveniente da oferta pública inicial de ações realizado pela Companhia, cuja parcela primária correspondeu ao montante de R\$470.834 mil) são as fontes de financiamento para os investimentos da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia é uma empresa de tecnologia que tem a maior plataforma on-line de intermediação de itens de moda usados entre pessoas físicas do Brasil. Deste modo, a atividade da Companhia não envolve a extração, uso intensivo ou a industrialização de recursos naturais, inexistindo emissão de gases de efeito estufa em larga escala em sua atividade direta, de acordo com o Escopo 1 de seu inventário de gases de efeito estufa.

A Companhia estimula a reutilização de itens usados, integrando a economia circular, alinhada ao ODS 12 da Agenda 2030 da ONU. Segundo o relatório

"Fashion On Climate", de 2020 da McKinsey, o aumento de 1% na economia circular no setor de moda representa a redução na emissão de 13 milhões de tCO₂ no planeta e, segundo o estudo "Comparative Life Cycle Assessment (LCA) of second-hand clothing vs new clothing", produzido em 2019 pela GreenStory, encomendado pela ThredUp, a cada 1 kg de peças de roupa usadas, deixa-se de emitir na atmosfera cerca de 22,8 kg de CO₂e. Assim, confirma-se que o negócio da Companhia é uma oportunidade climática, parte da solução para o problema de agravamento das condições climáticas no planeta.

Conforme pesquisa de dezembro de 2021 realizada pelo Boston Consulting Group em parceria com o Enjoei, há uma média de 12% do guarda-roupa dos brasileiros sendo ocupado por peças de segunda mão, número que pode chegar a 20% em 2025, representando um mercado potencial de R\$ 24 bilhões, oportunidade que está em linha com o modelo e plano de negócios da Companhia.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Despesas Publicitárias

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, em alinhamento com os elementos relacionados ao posicionamento da marca Enjoei. São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de serviços; e dos objetivos de fortalecimento da sua marca.

As ações de publicidade em televisão, jornais e revistas e mídias digitais são utilizadas para contribuir com os resultados e objetivos estratégicos da Companhia, sendo um elemento importante na aquisição e retenção de usuários.

As estratégias de aquisição da Companhia são compostas por Mídias Pagas de Performance (Google Ads, Facebook Ads, Parceiros Remarketing), combinadas com Tráfego não pago (tráfego direto e orgânico na plataforma). Ações e investimentos de Branding para fortalecimento da marca (tais como campanhas de TV, Influencer Marketing e Social Media) alavancam a aquisição de tráfego não pago para a plataforma (web e apps), possuindo um impacto relevante na eficiência de longo prazo da nossa estratégia de aquisição.

Após a etapa de conversão de um usuário em novo comprador, o objetivo passa a ser a retenção e o aumento de frequência de compras dos usuários, sendo isso atingido através da experiência oferecida pela plataforma (user experience ou "ux", navegação e recomendações personalizadas, algoritmo de listagem otimizado em nível de usuário e geolocalização, atendimento) atrelada à manutenção de "top of mind" por reforço da marca online (influencers e remarketing) e offline (TVs aberta e paga). Como citado, os pilares de marketing de aquisição são:

- Mídias online de Performance: otimizadas através do CAC (custo por aquisição de novo comprador), direcionando investimento para mídias mais eficientes acompanhando cada touchpoint do usuário na plataforma e o impacto da mídia na sua ativação.
- Mídias Pagas de Branding: otimizadas através do impacto direto e indireto em tráfego orgânico e aquisição de novos usuários na plataforma.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis a publicidade e propaganda.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos com publicidade pela Companhia foram de R\$ 42.789 mil e R\$57.197 mil, respectivamente.

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, INCISO I, DA RESOLUÇÃO CVM 81

Nos termos do artigo 13, inciso I, da Resolução 81, apresentamos a proposta de fixação do montante global para remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, propomos como remuneração global dos administradores o montante de até R\$ 17.825.201,42 (dezesete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e um reais e quarenta e dois centavos) ("Remuneração Global dos Administradores").

A Remuneração Global dos Administradores inclui, por exemplo, os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável, remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra nos termos do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 31 de agosto de 2020, a serem reconhecidos no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação das remunerações individuais e a determinação da proporção de cada componente na remuneração dos administradores.

Por sua vez, em conformidade com a decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-10, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pela Remuneração Global dos Administradores.

A Administração esclarece que a Remuneração Global dos Administradores ora proposta considera a experiência e reputação dos administradores, as responsabilidades assumidas e as complexidades inerentes aos cargos. Foi considerada, adicionalmente, a necessidade de garantir a competitividade frente ao mercado de atuação da Companhia, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração e a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo.

A título informacional, a Administração da Companhia esclarece que, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2022, aprovou o montante global anual para remuneração dos administradores para até R\$ 27.698.100,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e cem reais), tendo a Companhia efetivamente utilizado R\$ 26.136.634,03 (vinte e seis milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e três centavos), aí incluídos, dentre outros, os valores pagos a título de salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável e remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra nos termos do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 31 de agosto de 2020. A diferença a menor de R\$ 1.561.465,97 (um milhão, quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), ou 5,6% (cinco vírgula seis por cento), verificada entre o valor da remuneração global aprovado e o valor efetivamente realizado decorre, preponderantemente, de pagamento de remuneração variável e bônus aos membros da Diretoria Estatutária em montante inferior aos valores máximos previstos.

A Remuneração Global dos Administradores ora proposta considera valores 35,6% (trinta e cinco vírgula seis por cento) inferiores àqueles aprovados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022. Tal variação decorre, preponderantemente, do menor impacto esperado do reconhecimento do valor justo das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia no resultado da Companhia no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, em oposição ao valor reconhecido no resultado de 2022, em razão da apropriação no tempo do período de carência das opções.

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO III

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, INCISO II DA RESOLUÇÃO CVM 81 (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2 – Remuneração dos administradores

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração dos Administradores, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020 e alterada em 1º de outubro de 2020, estabelece princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (“**Política de Remuneração**”). A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da CVM (cvm.gov.br), no site da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enjoei.com/>).

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia e refletida na Política de Remuneração visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia;

(ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir a competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores pela assembleia geral, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia, bem como a necessidade de alinhamento de interesses entre administradores e companhia e a atratividade e o potencial de retenção para seus administradores.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada ou referenciada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Comitê de Auditoria

A remuneração do Comitê de Auditoria é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia podem fazer jus a remuneração fixa, variável de curto prazo, variável de longo prazo e benefícios. Os diretores também poderão fazer jus a benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do cargo, a critério do Conselho de Administração.

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária é baseada no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas por cada membro. É composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, orientada por pesquisas salariais aderentes ao segmento de atuação da Companhia e definido de acordo com a negociação individual com cada membro. Todos os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis a benefícios que contemplam: (i) assistência médica extensiva aos dependentes; (ii) assistência

odontológica extensiva aos dependentes, mediante interesse; (iii) seguro de vida; (iv) estacionamento na sede da Companhia; (v) vale-alimentação; (vi) vale-combustível, (vii) auxílio creche/babá, entre outros. Até o mês de junho de 2021, um dos membros da Diretoria Estatutária se valeu do benefício de arrendamento de imóvel para moradia.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão fazer jus a uma remuneração variável de curto prazo (bônus), atrelada ao atingimento de metas de performance definidas pela Companhia. A remuneração variável de curto prazo (bônus) busca oferecer aos diretores uma retribuição pelo seu desempenho e engajamento no atingimento dos objetivos elencados pela Companhia. Ao final de cada exercício, quando encerradas as demonstrações financeiras anuais, a Companhia irá apurar o atingimento das metas. O pagamento da remuneração variável de curto prazo (bônus), quando devido, acontecerá no primeiro trimestre do exercício subsequente à apuração.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis a uma remuneração variável de longo prazo (remuneração baseada em ações), que tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores. Essa modalidade de remuneração variável de longo prazo visa ainda reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas. Para mais informações sobre o plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia em vigor, vide item 8.4 abaixo.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração tem como objetivo incentivar os Diretores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Como anteriormente informado, a remuneração do Conselho de Administração é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, sendo que

a Companhia apenas passou a contar com um Conselho de Administração no exercício social de 2020.

Da mesma forma, a remuneração do Comitê de Auditoria também é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, sendo que a Companhia apenas passou a contar com um Comitê de Auditoria no exercício social de 2020.

Já em relação à Diretoria, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (i) a parcela fixa da remuneração correspondeu a 29,5% da remuneração total da Diretoria; (ii) a parcela de remuneração variável correspondeu a 0,6% da remuneração total da Diretoria; e (iii) a parcela de remuneração baseada em ações correspondeu a 69,9% da remuneração total da Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) a parcela fixa da remuneração correspondeu a 9% (nove por cento) da remuneração total da Diretoria; (ii) a parcela de remuneração variável correspondeu a 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) da remuneração total da Diretoria; e (iii) a parcela de remuneração baseada em ações correspondeu a 85,6% (oitenta e cinco vírgula seis por cento) da remuneração total da Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, (i) a parcela fixa da remuneração correspondeu a 17,4% (dezessete vírgula quatro por cento) da remuneração total da Diretoria; (ii) a parcela de remuneração variável correspondeu a 4,2% (quatro vírgula dois por cento) da remuneração total da Diretoria; e (iii) a parcela de remuneração baseada em ações correspondeu a 78,4% (setenta e oito vírgula quatro por cento) da remuneração total da Diretoria.

sua metodologia de cálculo e de reajuste

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

O montante equivalente à remuneração dos membros do Conselho de Administração será definido levando-se em conta, principalmente, as

responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado, sendo que o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração podem receber remunerações superiores aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente a seus cargos.

Já o montante equivalente à remuneração fixa dos membros da Diretoria é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado de empresas do mesmo porte da Companhia. Além disso, os diretores podem fazer jus a uma remuneração variável, que poderá ser composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, conforme abaixo:

- Curto prazo: A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto prazo da Companhia e está diretamente atrelada a seu desempenho financeiro e operacional. Na remuneração variável de curto prazo que lhes pode ser atribuída, as metas dos diretores estarão atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia; e
- Longo prazo: A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores, bem como reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas.

O montante devido aos membros externos que compõem o Comitê de Auditoria é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir à competitividade frente

ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, apenas um membro da Administração renunciou à remuneração por suas funções no Conselho de Administração por desempenhar também função na Diretoria, pela qual é remunerado. Além disso, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração, constituído e instalado em 31 de agosto de 2020, foram remunerados apenas no período de outubro a dezembro, tendo renunciado à remuneração referente ao mês de setembro.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	4,0	5,0	0	9,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000,00	4.914.000,00	0	5.154.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	397.595,43	0	397.595,43
Participação em comitês	36.000,00	0	0	36.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	2.268.000,00	0	2.268.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçao do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	9.969.605,99	0	9.969.605,99
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média		

	membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	276.000,00	17.549.201,42	0	17.825.201,42

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	4,0	5,0	0	9,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000,00	3.922.500,00	0	4.162.500,00
Benefícios diretos e indiretos	0	359.697,60	0	359.697,60
Participação em comitês	36.000,00	0	0	36.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	1.085.000,00	0	1.085.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	20.493.436,44	0	20.493.436,44
Observação	Conforme disposto no Ofício-	Conforme disposto no		

	Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão mensalmente, com duas casas decimais.	Ofício-Circular/Anua l-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente , com duas casas decimais.		
Total da remuneração	276.000,00	25.860.634,03	0	26.136.634,03

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,09	0	10,09
Nº de membros remunerados	4,0	5,09	0	9,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	207.833,34	3.934.666,66	0	4.142.500,00
Benefícios diretos e indiretos	0	463.575,00	0	463.575,00
Participação em comitês	32.000,00	0	0	32.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	2.786.807,64	0	2.786.807,64
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	43.827.587,44	0	43.827.587,44
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	239.833,34	51.012.636,74	0	51.252.470,08

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,67	7,67	0	9,34
Nº de membros remunerados	1	7,67	0	8,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	22.500,00	4.109.916,66	0	4.132.416,66
Benefícios diretos e indiretos	0	603.532,10	0	603.532,10
Participação em comitês	6.000,00	0	0	6.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	100.000,00	0	100.000,00

Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	0	11.233.628,65	0	11.233.628,65
Observa�o	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra�o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total remunera�o da	28.500,00	16.047.077,41	0	16.075.577,41

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	0	5,0	0	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.402.000,00	0	3.402.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	0	2.268.000,00	0	2.268.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	0	5,0	0	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.840.000,00	0	3.840.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	2.560.000,00	0	2.560.000,00
Valor	0	1.085.000,00	0	1.085.000,00

efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,09	0	10,09
Nº de membros remunerados	0	3,0	0	3,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.507.500,00	0	4.507.500,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	3.005.000,00	0	3.005.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.786.807,64	0	2.786.807,64
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
--	---	---	---	---

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,67	7,67	0	9,34
Nº de membros remunerados	0	7,67	0	7,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.583.750,00	0	5.583.750,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	3.722.500,00	0	3.722.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	100.000,00	0	100.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("**Plano**"), cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações**") aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração ("**Pessoas Elegíveis**"), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano ("**Participantes**").

O Plano contempla uma diluição máxima de 8,66%, considerando o capital social existente na data de sua aprovação.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("**Primeiro Programa**"). O Primeiro Programa estabeleceu a outorga de 9.549.613 opções a determinados beneficiários que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o exercício de tais opções ao transcurso de períodos de carência que somente se iniciam na data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia ("**IPO**"), e que têm como principal finalidade a retenção de tais colaboradores e o alinhamento de interesses de longo prazo. Na forma do Plano, cada opção outorgada no âmbito Primeiro Programa dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 Ação, pelo preço de exercício foi fixado tendo como referência o valor de patrimônio líquido contábil por ação, com base nas demonstrações financeiras de 31 de julho de 2020, ajustado por eventos societários subsequentes, e equivale ao valor de R\$ 0,53.

Em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("**Segundo Programa**") e em 29 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Segundo Programa, mediante anuência de seus Beneficiários, sendo extintas todas as Opções outorgadas nos seus termos.

Em 29 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Terceiro Programa de Opção de Compra da Companhia ("**Terceiro Programa**") e, em 24 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do

Terceiro Programa, mediante anuência de seus Beneficiários, sendo extintas todas as Opções outorgadas nos seus termos.

Em 18 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o Quarto Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("**Quarto Programa**") e em 24 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Quarto Programa, mediante anuência de seus Beneficiários, sendo extintas todas as Opções outorgadas nos seus termos.

Em 24 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o Quinto Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia ("**Quinto Programa**") que tem por objeto a outorga de até 2.790.000 opções no âmbito do Plano, tendo sido o preço de exercício fixado com base na média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 40 (quarenta) pregões da B3 imediatamente anteriores à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020.

(c) número máximo de ações abrangidas

A Companhia não tem planos de concessão de ações. As informações sobre o número de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão detalhadas no item (d) abaixo.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano prevê a abrangência de até 14.172.550 opções, as quais darão direito à aquisição de 1 ação para cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. O Primeiro Programa abrange a outorga de 9.549.613 dessas opções e o Quinto Programa abrange a outorga de 2.790.000 dessas opções.

O Segundo, Terceiro e Quarto Programas abrangiam, respectivamente, a outorga de 1.260.000, 1.440.000 e 200.000 dessas opções, automaticamente extintas quando do cancelamento dos programas pelo Conselho de Administração.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração aprovará a outorga de opções, elegendo os outorgados em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer

outras condições relativas a tais opções. Cada opção dará direito ao outorgado de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

No âmbito dos Programas (Primeiro e Quinto Programas), o exercício das opções – mediante o pagamento do preço de exercício – está sujeito ao transcurso integral de seu respectivo prazo de carência, conforme detalhado no item (g) abaixo.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do respectivo programa.

No âmbito do Primeiro Programa, o preço de exercício das opções outorgadas foi fixado tendo como referência o valor de patrimônio líquido contábil por ação, com base nas demonstrações financeiras de 31 de julho de 2020, ajustado por eventos societários subsequentes, e equivalente ao valor de R\$ 0,53.

No âmbito do Quinto Programa, o preço de exercício das opções outorgadas corresponde à média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 40 pregões na B3 imediatamente anteriores à data de aprovação do respectivo Programa pelo Conselho de Administração.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do respectivo programa.

No âmbito do Primeiro Programa, as opções outorgadas são divididas em 4 lotes, sujeitos a diferentes períodos de carência, assim distribuídos:

- (i) Primeiro Lote de Opções: o primeiro lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 6 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO;
- (ii) Segundo Lote de Opções: o segundo lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 18 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO;
- (iii) Terceiro Lote de Opções: o terceiro lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 30 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; e
- (iv) Quarto Lote de Opções: o quarto lote de opções, correspondente aos 25% restantes das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso

de 42 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO.

No âmbito do Quinto Programa, as opções outorgadas são divididas em 4 lotes, sujeitos a diferentes períodos de carência, assim distribuídos:

(i) Primeiro Lote de Opções: o primeiro lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação do Quinto Programa pelo Conselho de Administração;

(ii) Segundo Lote de Opções: o segundo lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação do Quinto Programa pelo Conselho de Administração;

(iii) Terceiro Lote de Opções: o terceiro lote de opções, correspondente a 30% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação do Quinto Programa pelo Conselho de Administração; e

(iv) Quarto Lote de Opções: o quarto lote de opções, correspondente aos 30% restantes das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação do Quinto Programa pelo Conselho de Administração.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou entregar ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá estabelecer restrições à transferência das Ações adquiridas ou subscritas por meio do exercício das opções outorgadas, devendo, contudo, observar o disposto nos programas eventualmente aprovados.

No âmbito dos Programas vigentes, as Ações adquiridas ou subscritas mediante o exercício das opções, após os respectivos períodos de carência, não estão sujeitas a qualquer restrição após a transferência das Ações para o beneficiário.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral da Companhia, ou pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Quando da aprovação dos programas ou dos contratos de opção, serão fixadas regras relativas ao tratamento que será dado às opções outorgadas nas hipóteses de desligamento do outorgado da Companhia. Deverão ser consideradas, pelo menos, as hipóteses em que o outorgado (i) se desligue por vontade própria, (ii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador; (iii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, e (iv) venha a falecer ou se tornar permanentemente inválido.

No âmbito do Primeiro Programa, caso o beneficiário renuncie ao cargo exercido na Companhia, ou seja desligado da Companhia por justa causa, não fará jus a qualquer parcela das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, as quais serão automaticamente extintas. Em caso de desligamento sem justa causa, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções cujos respectivos períodos de carência já tenham transcorrido integralmente, e cujo prazo de exercício não tenha se encerrado, bem como à quantidade de opções calculada *pro-rata temporis* em relação ao período de carência transcorrido para cada lote. Em caso de falecimento do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que os herdeiros e sucessores do Beneficiário farão jus à totalidade das opções a ele outorgadas.

No âmbito do Quinto Programa, caso o beneficiário renuncie ao cargo exercido na Companhia, ou seja desligado da Companhia por justa causa, não fará jus a qualquer parcela das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, as quais serão automaticamente extintas. Em caso de desligamento sem justa causa, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções cujos respectivos períodos de carência já tenham transcorrido integralmente, e cujo prazo de exercício não tenha se encerrado, bem como à quantidade de opções calculada *pro-rata temporis* em relação ao período de carência transcorrido para cada lote. Neste caso o beneficiário terá 30 dias contados de seu efetivo desligamento da Companhia para comunicar a sua intenção de exercer as opções e, se não exercidas nesse prazo

serão automaticamente extintas, de pleno direito a qualquer indenização ao beneficiário. Em caso de falecimento do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que os herdeiros e sucessores do Beneficiário farão jus à totalidade das opções a ele outorgadas.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Plano**”). Nos termos do referido Plano, a Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Primeiro Programa**”), tendo celebrado Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia) que condicionaram o início dos respectivos períodos de carência à divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia (“**IPO**”), ocorrida em 5 de novembro de 2020.

Também nos termos do referido Plano, a Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Segundo Programa**”), o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Terceiro Programa**”) e o Quarto Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Quarto Programa**”), tendo celebrado Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia).

Em 29 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Segundo Programa, com extinção de todas as Opções outorgadas no âmbito do Segundo Programa, mediante anuência dos Beneficiários. Em 24 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Terceiro Programa e do Quarto Programa, sendo extintas todas as Opções outorgadas nos seus termos.

Ainda no âmbito do Plano, o Conselho de Administração aprovou o Quinto Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia em 24 de agosto de 2022, tendo celebrado os correspondentes Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais, Diretores estatutário da Companhia) na mesma data.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)			
	Conselho de Administração	Diretoria	
Nº total de membros	5	5	
Nº de membros remunerados	0	5	3
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa	Quinto Programa
• das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53	1,22
• das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
• das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	2,24%	0,82%

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria	
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	5	3
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa	Quinto Programa

das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53	N/A
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,53	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	2,24%	0,82%

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria	
Nº total de membros	5	5,09	5,09
Nº de membros remunerados	0	5	1
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa	Terceiro Programa
das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53	N/A
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,53	N/A

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	3,38%	0,24%
---	-----	-------	-------

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	5	7,67
Nº de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa
das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53
das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	4,46%

**Todas as Opções outorgadas no âmbito do Segundo Programa em 2021 foram extintas por decisão do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2021 antes que se tornassem exercíveis.*

**Todas as Opções outorgadas no âmbito do Terceiro Programa foram extintas por decisão do Conselho de Administração em 24 de agosto de 2022 antes que se tornassem exercíveis.*

** O Quarto Programa não contemplou a outorga de opções a membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.*

8.6 - Informações sobre outorgas de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de Opções de Compra de Ações prevista para exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5
Nº de membros remunerados	0	0
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de Opções de Compra de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5
Nº de membros remunerados	0	3
Outorga de opções de compras de ações		Quinto Programa
Data de outorga	N/A	24/08/2022
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.700.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	(i) 1º Lote (20%): 24/08/2023 (ii) 2º Lote (20%): 24/08/2024; (iii) 3º Lote (30%): 24/08/2025; e (iv) 4º Lote (30%): 24/08/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	As Opções poderão ser exercidas em quatro Janelas de Exercício: (i) dentro de 60 dias contados do término do Primeiro Período de Carência ("Primeira Janela de Exercício"); (ii) dentro de 60 dias contados do término do Segundo Período de Carência ("Segunda Janela de Exercício"); (iii) dentro de 60 dias contados do término do Terceiro Período de Carência ("Terceira Janela de Exercício"); e (iv) dentro de 60 dias contados do término do Quarto Período de Carência

		("Quarta Janela de Exercício").
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	1º Lote: 0,54 2º Lote: 0,72 3º Lote: 0,85 4º Lote: 0,94
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	1.340.978,60

Outorga de Opções de Compra de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,09
Nº de membros remunerados	0	1
Outorga de opções de compras de ações		Terceiro Programa
Data de outorga	N/A	29/10/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	500.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	(i) 1º Lote (20%): 29/10/2022; (ii) 2º Lote (20%): 29/10/2023; (iii) 3º Lote (30%): 29/10/2024; e (iv) 4º Lote (30%): 29/10/2025.

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	60 dias após o término do prazo de carência
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	1º Lote: 0,93 2º Lote: 1,53 3º Lote: 1,96 4º Lote: 2,30
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	885.929,11

As opções outorgadas em 2021, no âmbito do Terceiro Programa, foram integralmente canceladas por decisão do Conselho de Administração em 24 de agosto de 2022 antes que se tornassem exercíveis.

Outorga de Opções de Compra de Ações – Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	1,67	7,67
Nº de membros remunerados	0	5
Outorga de opções de compras de ações		Primeiro Programa
Data de outorga	-	30/09/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	9.296.119

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1º Lote (25%): 6 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; 2º Lote (25%): 18 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; 3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO.
Prazo máximo para exercício das opções	-	60 dias após o término do prazo de carência
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	-	1º Lote: 9,33 2º Lote: 9,35 3º Lote: 9,38 4º Lote: 9,42
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	87.087.366,13

8.7 - Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	5	3,0
Em relação às opções ainda não exercíveis		Primeiro Programa	Quinto Programa
Quantidade	0	4.648.060	1,700.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO	(i) 1º Lote (20%): 24/08/2023; (ii) 2º Lote (20%): 24/08/2024; (iii) 3º Lote (30%): 24/08/2025; e (iv) 4º Lote (30%): 24/08/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	60 dias após o término do prazo de carência	As Opções poderão ser exercidas em quatro Janelas de Exercício: (i) dentro de 60 dias contados do término do Primeiro Período de Carência ("Primeira Janela de Exercício"); (ii) dentro de 60 dias contados do término do Segundo Período de Carência ("Segunda Janela de Exercício"); (iii) dentro de 60 dias contados do término do Terceiro

			Período de Carência ("Terceira Janela de Exercício"); e (iv) dentro de 60 dias contados do término do Quarto Período de Carência ("Quarta Janela de Exercício").
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,53	1,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	4.508.617,72	1.649.000,00
Em relação às opções exercíveis		Primeiro Programa	Quinto Programa
Quantidade	N/A	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5
Nº total de membros remunerados	0	5
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	2.324.029
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,53
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	1,99
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	3.401.116,32

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,09
Nº total de membros remunerados	0	5,0
Número de ações	N/A	2.324.029
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,53
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	11,38
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	25.215.714,65

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foram exercidas quaisquer opções de compra, nem entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária.

8.9 - Informações sobre a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atribuiu remuneração baseada em ações sob a forma de concessão de ações diretamente aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não prevê a atribuição de tal forma de remuneração no exercício corrente.

8.10 - Informações relativas às outorgas de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não outorgou ações aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não prevê a outorga de ações no exercício corrente.

8.11 - Informações sobre as ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atribuiu remuneração baseada em ações sob a forma de concessão de ações diretamente aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não prevê a atribuição de tal forma de remuneração no exercício corrente.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Primeiro Programa

Os valores justos das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa, mencionados no item 8.5, foram avaliados a partir do modelo de Black-Scholes, com base na data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO (à qual estava condicionado o início dos prazos de carência das opções).

Quinto Programa

Os valores justos das opções outorgadas no âmbito do Quinto Programa, mencionados no item 8.5, foram avaliados a partir do modelo de Black-Scholes, com base na data de aprovação da outorga, 24 de agosto de 2022.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Primeiro Programa

O modelo de precificação do Primeiro Programa para cálculo do valor justo das opções nos itens 8.6 e 8.7 considerou as seguintes premissas:

Preço de Exercício	R\$ 0,53
Volatilidade Esperada	1º Lote: 27,27% 2º Lote (25%): 27,30% 3º Lote (25%): 27,30%

	4º Lote (25%): 27,30%
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	1º Lote (25%): 6 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 2º Lote (25%): 18 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO
Taxa de juros livre de riscos	As taxas de juros utilizadas na precificação de cada lote de opções de compra de ações da Companhia foram obtidas a partir dos contratos futuros de depósitos interfinanceiros ("DI") divulgados pela B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/juros/futuro-de-taxa-media-de-depositos-interfinanceiros-de-um-dia.htm). 1º Lote (25%): 2,22% 2º Lote (25%): 3,44% 3º Lote (25%): 4,87% 4º Lote (25%): 5,94%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia.
Valor das Ações	Tendo em vista que a Companhia ainda não tinha suas ações negociadas em bolsa de valores, o modelo utilizou como referência os estudos de <i>valuation</i> elaborados para fins da determinação do <i>price range</i> a ser observado na oferta pública inicial de ações da Companhia.

Segundo Programa

Como anteriormente informado, o Segundo Programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

Terceiro Programa

Como anteriormente informado, o Terceiro Programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

Quinto Programa

O modelo de precificação do Quinto Programa para cálculo do valor justo das opções nos itens 8.6 e 8.7 considerou as seguintes premissas:

Preço de Exercício	R\$ 1,22
Volatilidade Esperada	1º Lote (20%): 79,15% 2º Lote (20%): 79,15% 3º Lote (30%): 79,15% 4º Lote (30%): 79,15%
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	1º Lote (20%): após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração ("Primeiro Período de Carência"); 2º Lote (20%): após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração ("Segundo Período de Carência"); 3º Lote (30%): após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração ("Terceiro Período de Carência"); 4º Lote (30%): após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação deste

	Programa pelo Conselho de Administração ("Quarto Período de Carência").
Taxa de juros livre de riscos	As taxas de juros utilizadas na precificação de cada lote de opções de compra de ações da Companhia foram obtidas a partir dos contratos futuros de depósitos interfinanceiros ("DI") divulgados pela B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/juros/futuro-de-taxa-media-de-depositos-interfinanceiros-de-um-dia.htm). 1º Lote (20%): 13,25% 2º Lote (20%): 12,07% 3º Lote (30%): 11,55% 4º Lote (30%): 11,50%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia.
Valor das Ações	R\$ 1,37

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Primeiro e Quinto Programas

Considerando que os Programas sujeitam o exercício das opções ao transcurso integral do prazo de carência (exceções pontuais em caso de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário), o método não considera o exercício antecipado das opções, adotando como premissa o exercício das opções após os respectivos prazos de carência.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada**Primeiro Programa**

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi estimada a partir das observações de seis meses das variações diárias nas cotações do Ibovespa, visto que a Companhia não possuía ações listadas em mercado organizado.

Quinto Programa

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi calculada a partir da volatilidade histórica da Companhia na data da outorga do quinto programa.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**Primeiro e Quinto Programas**

As características relevantes do Primeiro e Quinto Programas foram mencionadas nos itens anteriores.

8.13 - Informações sobre a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgãos:

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2022:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração¹	27.781.881	13,87%
Diretoria²	13.395.384	6,69%

¹ Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

² Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

8.14 - Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	5	5,09	7,67	5	5	1,67	0	0	0
Nº de membros remunerados	5	5,09	7,67	4	4	1	0	0	0
Valor da maior remuneração (Reais)	8.492.446,73	18.886.562,82	5.108.063,19	96.000,00	89.500,00	7.500,00	N/A	N/A	N/A
Valor da menor remuneração (Reais)	1.803.920,60	9.665.415,33	317.327,36	60.000,00	50.000,00	6.000,00	N/A	N/A	N/A
Valor médio da remuneração (Reais)	5.172.126,81	10.024.670,29	2.093.097,05	69.000,00	59.958,34	7.125,00	N/A	N/A	N/A

Diretoria Estatutária

31/12/2022 Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os conselheiros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 8.2 acima.

31/12/2021	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os administradores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 8.2 acima.
31/12/2020	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os administradores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 8.2 acima
Conselho de Administração	
31/12/2022	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os conselheiros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 8.2 acima.
31/12/2021	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os conselheiros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 8.2 acima
31/12/2020	O Conselho de Administração foi constituído e instalado apenas em 31 de agosto de 2020, de modo que todos os membros exerceram suas funções por um período de 4 (quatro) meses. Dos 5 (cinco) membros do órgão, apenas 4 (quatro) foram remunerados pelo exercício de suas funções no Conselho de Administração por um período de 3 (três) meses, tendo, portanto, renunciado à remuneração relativa ao mês de setembro. Assim, o membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 4 (quatro) meses. O valor médio da remuneração equivale à remuneração total paga aos membros do órgão no exercício social encerrado em 31/12/2020 dividido pela média mensal de membros remunerados, considerando-se o período de outubro a dezembro de 2020 (4 membros). A conta desconsiderou os demais 9 (nove) meses do exercício social encerrado em 31/12/2020, durante os quais não foi paga nenhuma remuneração a membros do Conselho de Administração, de forma a afastar distorções. Caso o valor médio da remuneração fosse calculado a partir do total da remuneração paga aos membros do órgão no exercício social encerrado em 31/12/2020 dividido pelo número de membros remunerados calculado pela média anual

	de membros remunerados do exercício social, nos termos da orientação da SEP constante do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP (1 membro), constante do item 8.2 acima, o valor seria de R\$28.500,00, refletindo a situação hipotética em que os membros do Conselho de Administração houvessem atuado e sido remunerados durante todo o exercício social de 2020.
Conselho Fiscal	
31/12/2022	N/A
31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A

8.16 - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Nesta data, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 7.7 do Formulário de Referência da Companhia.

8.17 - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecido no resultado do emissor, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que a Companhia não tem acionistas controladores, e, portanto, nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia como parte relacionada a controladores.

8.18 - Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais, e não há previsão para que isso ocorra no exercício social corrente.

8.19 - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Não aplicável, visto que a Companhia não tem acionistas controladores, e nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado de controladas da Companhia.

8.20 - Outras informações relevantes:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.